

Perícia na era digital: trabalho da Polícia Científica cresce para elucidar crimes cibernéticos

09/12/2025

Segurança Pública

Uma mensagem suspeita no celular ou esbarrar com um perfil duvidoso nas redes sociais já são práticas corriqueiras. Mas essas situações que fazem parte do dia a dia digital muitas vezes estão ligadas a práticas ilícitas que utilizam a tecnologia para direcionar golpes, manipular informações ou ocultar a identidade de envolvidos.

E o que nem sempre é visível para o usuário comum — nem mesmo para o criminoso — é que cada interação, seja um clique, envio de arquivo ou registro de acesso, deixa rastros capazes de ajudar a esclarecer uma ocorrência. E é justamente nesse universo de evidências tecnológicas que atua a Polícia Científica, que precisou reforçar a sua atuação nos últimos anos.

A instituição é responsável por identificar e analisar vestígios digitais presentes em celulares, computadores e outros dispositivos, produzindo laudos periciais que dão suporte técnico às investigações e às operações realizadas em campo. O trabalho envolve desde a recuperação de arquivos apagados até a interpretação de registros de conversas, histórico de navegação, metadados e estruturas de sistemas utilizados pelos envolvidos. Tudo é feito com métodos científicos, equipamentos especializados e protocolos que garantem a integridade das informações e a validade jurídica.

Em 2018 a corporação tinha sete peritos de computação e quatro na parte de audiovisuais. Hoje são 34 no total em ambas as áreas e há um curso de formação em andamento, que vai ampliar ainda mais essa capacidade de resposta. A Seção de Computação Forense aumentou junto com esse incremento de pessoal. Com a automatização de processos e o aprimoramento das rotinas, a equipe conseguiu acelerar etapas. Entre janeiro e setembro deste ano, a unidade registrou uma média de 453 peças periciadas por mês. Em 2018, a média era de 159.

- **Paraná amplia banco de perfis genéticos para casos criminais com coleta em Foz do Iguaçu**

De acordo com o chefe da Seção de Computação da Polícia Científica do Paraná (PCIPR), Henrique Galperin, a presença de elementos digitais já é uma realidade em diferentes tipos de ocorrência.

“Hoje os meios digitais aparecem em praticamente qualquer investigação, especialmente em conversas de aplicativos como o WhatsApp”, afirma. “A grande maioria dos materiais que chegam aos nossos laboratórios é de celulares; em segundo lugar vêm computadores e dispositivos como HDs, notebooks e pen drives. Eventualmente aparecem outros tipos de aparelhos eletrônicos, mas representam uma parcela bastante pequena perto dos demais”.

Nos bastidores das investigações policiais, os peritos digitais desempenham um papel ainda mais estratégico. São eles que transformam dados brutos em informações compreensíveis para delegados, promotores e juízes — seja reconstruindo a cronologia de um fato, verificando a autenticidade de um conteúdo ou identificando a origem de acessos e comunicações. Em outras palavras, a atuação técnica da Polícia Científica contribui para dar precisão às apurações e fortalecer o conjunto de evidências levado às autoridades responsáveis pelos processos.

“De forma bastante resumida, o processo de perícia em um celular começa com o carregamento da bateria e, se necessário, o reparo do aparelho. Depois disso, o dispositivo é desbloqueado e seus dados são extraídos — ou seja, copiamos as informações do celular para arquivos nos nossos computadores”, explica o perito da PCIPR.

"Esses dados então são processados por diversas ferramentas forenses, que traduzem o material para um formato e linguagem compreensível a todos. Após essa etapa, nossos peritos analisam o material, garantem a qualidade do resultado e, por fim, elaboram o laudo pericial", diz.

- **Tecnologia de monitoração simultânea contra feminicídios está em uso no Paraná**

TECNOLOGIA — Além da rotina de análises, os peritos também enfrentam desafios que evoluem junto com a própria tecnologia. O desbloqueio de celulares, por exemplo, torna-se cada vez mais complexo à medida que os fabricantes reforçam os sistemas de segurança dos dispositivos. Isso envolve inclusive colaborações internacionais.

Ao mesmo tempo, novas ferramentas têm se mostrado grandes aliadas do trabalho pericial. Soluções baseadas em inteligência artificial já permitem transcrições de áudio com alta fidelidade, acelerando etapas que antes dependiam de longas escutas manuais. No Estado, a PCIPR ainda desenvolve modelos capazes de identificar automaticamente conteúdos criminosos em imagens e vídeos, o que otimiza o tempo de análise e aumenta a precisão dos resultados.